

ESTUDO
“**LEVANTAMENTO E ANÁLISE**
DE PRÁTICAS, A NÍVEL
MUNICIPAL, DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO
E CIDADANIA GLOBAL” **(EDCG)**

RELATÓRIO TÉCNICO

Projeto | Parcerias Locais para a EDCG: Reforçar o papel dos Municípios e de outros atores locais na implementação da ENED

Título | Estudo levantamento e Análise de Práticas, a Nível Municipal, de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global

Coordenação | Dalila Pinto Coelho e Norberto Ribeiro

Equipa responsável | Alexandra Sá Costa, Ana Luísa Costa, Dalila Pinto Coelho, João Caramelo, Norberto Ribeiro, Sara Castro

Com a colaboração | Iara Guimarães, Patrícia Ribeiro, Paulo Costa (Rosto Solidário), Daniela Lopes e Pedro Neto (FEC – Fundação Fé e Cooperação)

Promotor | Rosto Solidário Parceiro | FEC – Fundação Fé e Cooperação

Financiamento | Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

AGRADECIMENTOS

A equipa expressa o seu agradecimento pela colaboração prestada pelas equipas das organizações não-governamentais (ONGD) para o desenvolvimento Rosto Solidário e FEC – Fundação Fé e Cooperação na preparação e execução do estudo, numa lógica de parceria.

Um agradecimento particular às Câmaras Municipais e respetivos interlocutores que aceitaram integrar o estudo, participando das entrevistas realizadas.

Às e aos profissionais de ONGD que contribuíram para a identificação de interlocutores-chave de Câmaras Municipais, e às pessoas participantes dos eventos públicos em que este trabalho foi apresentado, o nosso muito obrigada.

PROMOVIDO



SIGLAS E ACRÔNIMOS

ARICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento
- Associação de Municípios

Camões, I.P. - Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

CM - Câmara Municipal

CIIE-FPCEUP - Centro de Investigação e Intervenção Educativas
da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade
do Porto

EDCG - Educação para o desenvolvimento e cidadania global

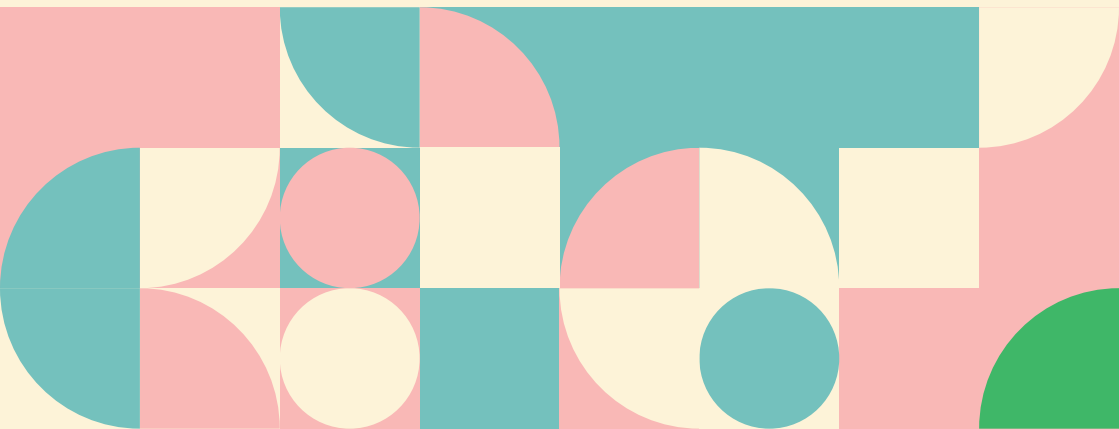
ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

EU-DEAR - European Union Development Education and Awareness
Raising Programme

FEC - Fundação Fé e Cooperação

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

RS - Rosto Solidário

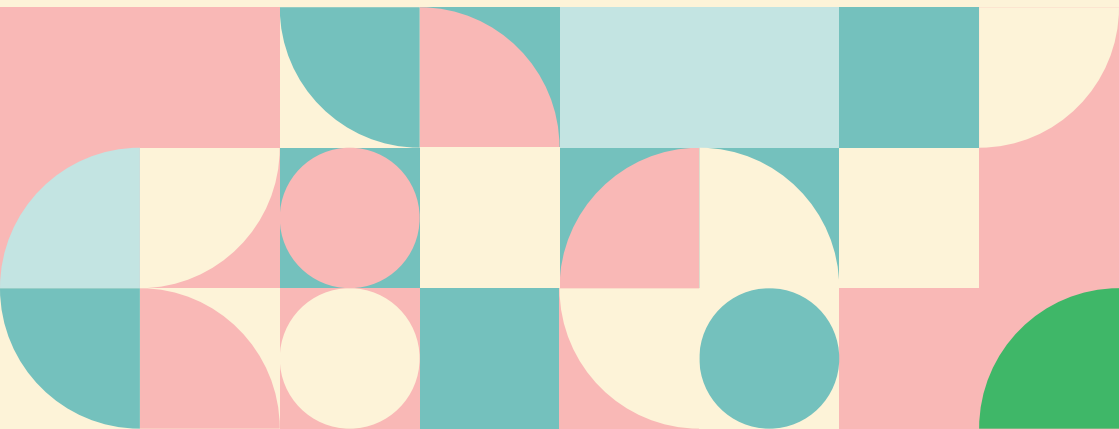


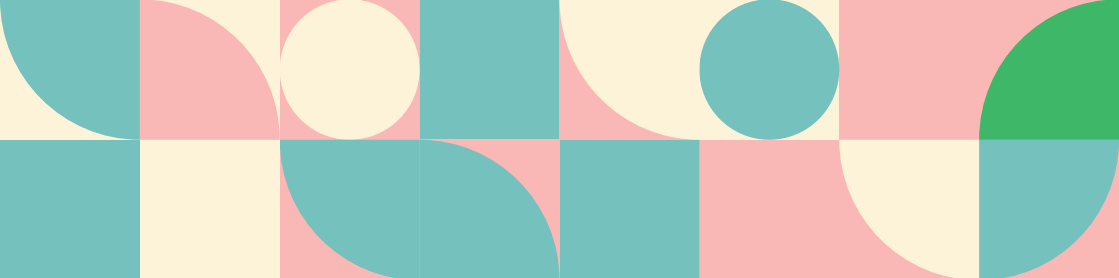
ÍNDICE

Introdução	05
Questões do estudo	06
Opções metodológicas	07
Ideias-chave	11
Potencialidades, desafios e recomendações	21

Fontes consultadas

Anexos



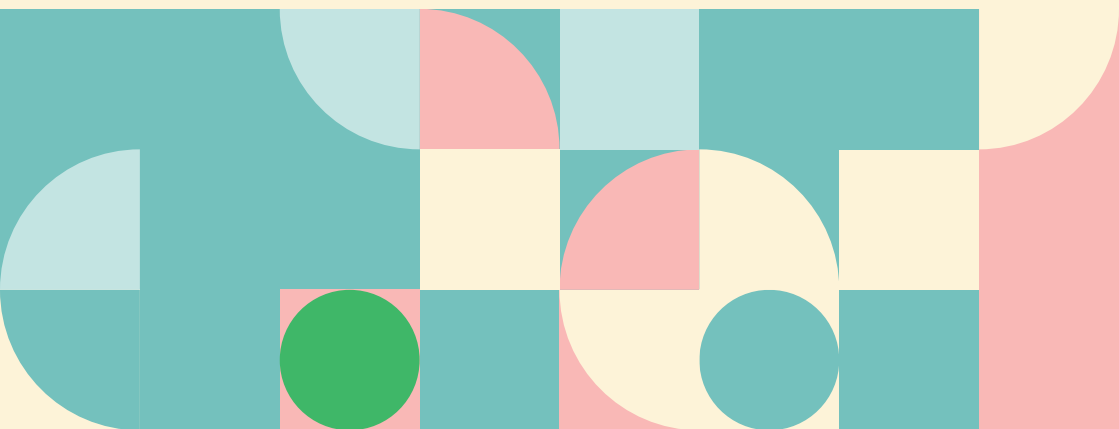


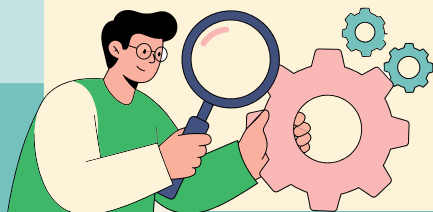
INTRODUÇÃO

Este relatório técnico apresenta uma síntese do estudo “Levantamento e Análise de Práticas, a nível municipal, de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG)”, em parceria com a FEC - Fundação Fé e Cooperação e a Rosto Solidário, em curso no CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

5 No presente documento, apresentam-se as questões do estudo e as opções metodológicas, centradas na análise de documentação relevante e em entrevistas com representantes e/ou profissionais de municípios¹ com atuação no âmbito da educação para o desenvolvimento e cidadania global (EDCG). Segue-se uma visão sistemática dos principais resultados obtidos, organizada em termos de ideias-chave, potencialidades, desafios e recomendações.

¹Ao longo do documento, usaremos “municípios”, “câmaras municipais” e “autarquias” como sinónimos.





QUESTÕES DO ESTUDO

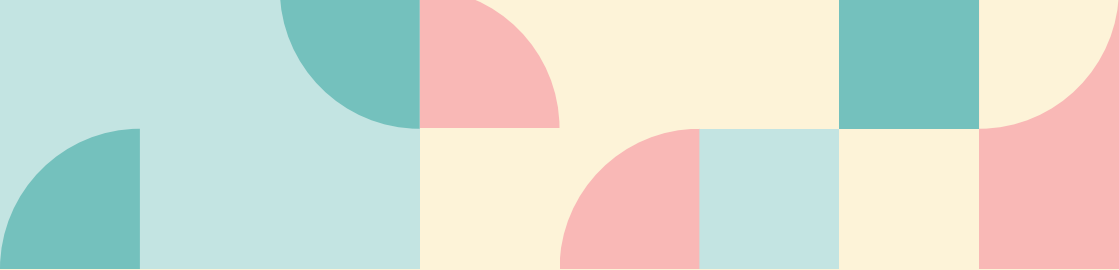
O estudo pretendeu **compreender o papel, interesse e ação dos municípios na promoção de práticas de EDCG em Portugal, particularmente**, no quadro da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).

Tanto quanto a informação disponível permite perceber, não existe ainda uma visão sistematizada sobre a atuação dos municípios ao nível da EDCG em Portugal, que permita perceber como a EDCG é entendida pelos municípios, em que circunstâncias estes atores têm atuado nela, que potencialidades identificam, que desafios experienciam e como veem o futuro da EDCG ao nível municipal. Esta compreensão dos municípios como atores de EDCG representa um contributo inovador e um conhecimento indispensável, designadamente, na consolidação da EDCG no espaço local e na afirmação dos municípios como atores muito relevantes nesta matéria.

Tratando-se de um tema pouco explorado no contexto português, pretendia-se que o estudo constituísse, igualmente, um ponto de partida na disseminação de conhecimento e como ferramenta de apoio à discussão junto de decisores municipais sobre o papel da EDCG e o importante papel dos municípios na sua implementação e promoção. Ainda com enfoque na esfera sociopolítica, pretende-se que o estudo contribua para a consolidação da EDCG enquanto política nacional, evidenciando o seu potencial através de dados empíricos sobre a implementação da EDCG a nível municipal.

Em resumo, o estudo integrou duas dimensões-chave:

- i) a **dimensão de informação**, composta pelo levantamento e caracterização de perceções e práticas de EDCG no âmbito da ENED promovidas por municípios portugueses;
- ii) a **dimensão de advocacy**, composta pela proposta de recomendações relativas à EDCG no âmbito municipal, a partir das evidências recolhidas.



OPÇÕES METODOLÓGICAS

ANÁLISE DOCUMENTAL

Foi realizada a consulta e análise de quatro tipos de fontes documentais distintas, disponíveis a público, por forma a identificar evidências da participação recente de municípios em iniciativas e projetos no âmbito da EDCG: **i)** a listagem de projetos candidatados e aprovados para cofinanciamento por parte do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.) no período de 2019 a 2023²; **ii)** a listagem de projetos cofinanciados pelo programa Development Education and Awareness Raising da União Europeia (EU-DEAR) no período mencionado, tendo em conta a diferente periodicidade do financiamento; **iii)** o website da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação de Municípios (ARICD), da qual fazem parte municípios que indicam ter atuação na área da cooperação para o desenvolvimento, área de interseção potencial com a EDCG; e **iv)** ao nível da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022, o plano de ação e os relatórios de monitorização disponíveis à data, com particular atenção nos municípios que evidenciaram participação e ação no âmbito da EDCG³.

Para além disso, foi necessário recorrer, em complementaridade, a outras fontes (ex. websites de projetos e das organizações que os promovem), uma vez que nem toda a informação sobre as iniciativas de EDCG se encontrava disponível nas fontes iniciais.

Embora apenas o programa EU-DEAR tenha como objetivo específico a atribuição de cofinanciamento em EDCG a atores locais e permita formalmente aos municípios promoverem projetos neste âmbito, esta possibilidade representa uma pequena parte das possibilidades de participação nos municípios na EDCG. A partir da análise documental e do trabalho conjunto com as entidades parceiras do estudo foi necessário considerar a existência de diferentes níveis

²Último ano com dados disponíveis à data da realização da recolha de dados. ³ Doravante, estas quatro fontes, que constituirão a base para a seleção das câmaras municipais (CM) a entrevistar, serão mencionadas de forma integrada.

de envolvimento e parceria municipal na EDCG. Neste sentido, procurou-se clarificar os diferentes tipos de envolvimento/parceria por parte dos municípios, no sentido de evitar que a diversidade da sua utilização nos discursos institucionais pudesse comprometer a consistência dos dados recolhidos (Anexo 1)⁴.

Assim, consideraram-se os seguintes tipos de envolvimento: **i) parceiros formais**, que se caracterizam pela existência de um acordo formal (ex.: contrato, protocolo de colaboração ou memorando de entendimento) e mantêm um compromisso formalizado e contínuo; **ii) parceiros associados**, cuja colaboração, ainda que não decorra de um compromisso contínuo e/ou financiado, representa um contributo estruturante para a implementação e sucesso dos projetos; e **iii) parceiros informais ou pontuais**, que se distinguem por uma participação mais esporádica, específica e limitada, sem o estabelecimento de um compromisso a longo prazo. O cruzamento de todas estas informações encontra-se representada sinteticamente no esquema seguinte (Figura 1).

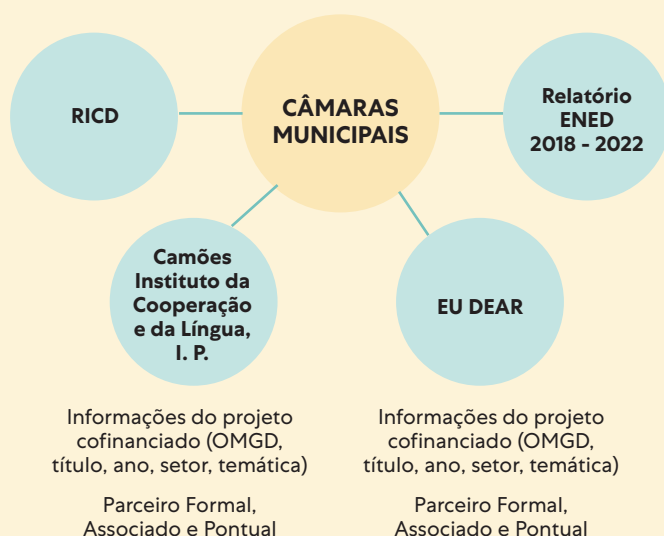


Figura 1
Fontes da análise documental – visão geral.

⁴ A tipologia foi proposta pelas equipas da FEC e Rosto Solidário.

A análise documental permitiu identificar um conjunto de 30 entidades com evidências de ação no âmbito da EDCG, das quais, 29 câmaras municipais e uma comunidade intermunicipal. Para além de permitir traçar um perfil possível da atuação dos municípios ao nível da EDCG, a análise documental permitiu, desde logo, identificar desafios relacionados com a natureza da informação (in)existente, que foram igualmente relevantes para os objetivos do estudo e para a produção das recomendações

ENTREVISTAS

De forma mais aprofundada, a segunda etapa do estudo visou a realização de entrevistas junto de câmaras municipais com evidência de ação em EDCG. No total, foram convidados a participar de entrevista 21 municípios, tendo a identificação dos municípios a auscultar decorrido em dois momentos. Num primeiro momento procurou-se identificar os municípios que, a partir da análise documental, pareciam ter ação mais ampla e/ou duradoura⁵ em EDCG (total de 14 municípios). Numa segunda fase, e tendo em conta a duração limitada do estudo e a necessidade de obter um número mais representativo de entrevistas, optou-se por identificar autarquias que tivessem um trabalho direto e continuado com os parceiros do estudo (total de sete municípios). O conjunto de entrevistas realizadas resulta de casos identificados em ambas as fases.

Estas 21 entidades foram contactadas via e-mail (Anexo 2), complementando com contacto telefónico, e convidadas a participar numa entrevista online⁶ com uma duração aproximada de 45 minutos, para recolher a perspetiva de representante(s) do município com conhecimento sobre as práticas aí desenvolvidas no âmbito da EDGC. No total, 11 municípios aceitaram participar da fase de entrevista, tendo sido realizadas 12 entrevistas, resultando num total de 13 atores municipais auscultados (decisores, chefes de divisão, técnicos).

⁵ Assumiu-se como critério de seleção para este efeito constar de duas ou mais fontes consultadas.

⁶ O conhecimento sobre os objetivos do estudo e as condições de participação foi devidamente esclarecido no consentimento informado elaborado para o efeito, onde se assegura, entre outras questões, a garantia da preservação do anonimato e confidencialidade nos municípios e respetivos atores entrevistados (Anexo 3). Por essa razão, não serão identificados os municípios participantes.

O guião de questões-chave para o aprofundamento do estudo (Anexo 4) visou:

- obter informações/contexto sobre a pessoa entrevistada - percurso profissional e funções desempenhadas no município;
- compreender de que forma é percebido o papel do município na promoção da EDCG, tomando-a como abordagem que pode estar incorporada em vários setores de ação do município;
- identificar em que medida os municípios se reconhecem enquanto atores de desenvolvimento global;
- identificar as prioridades dos municípios relativamente à intervenção em desafios globais;
- perceber as representações sobre EDCG e em que medida esta é considerada/valorizada nas Políticas Municipais;
- caracterizar/refletir sobre o trabalho desenvolvido pelos municípios no âmbito da EDCG; e
- mapear os desafios, potencialidades e possíveis mudanças relevantes no plano da EDCG, assim como as intenções futuras dos municípios para a atuação neste campo.
- perceber as representações sobre EDCG e em que medida esta é considerada/valorizada nas Políticas Municipais;
- caracterizar/refletir sobre o trabalho desenvolvido pelos municípios no âmbito da EDCG; e
- mapear os desafios, potencialidades e possíveis mudanças relevantes no plano da EDCG, assim como as intenções futuras dos municípios para a atuação neste campo.

IDEIAS-CHAVE

ANÁLISE DOCUMENTAL

Neste ponto, apresentam-se ideias-chave que sintetizam os dados obtidos na fase de análise documental⁷. Para tal, tem-se em consideração e sempre que possível: a distribuição territorial, a temática, a natureza da parceria, a evolução temporal ao longo do intervalo analisado, e a natureza do financiamento (Figura 2).

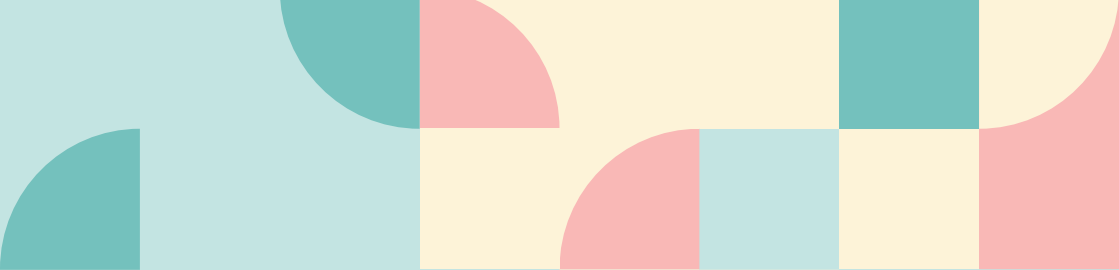


Figura 2 | Dimensões da análise documental.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

A compreensão dos contextos territoriais em que se inserem os municípios que a análise documental evidenciou terem intervenção ao nível da EDCG (14 casos) é importante, dada a distribuição desigual no território. Efetivamente, a totalidade dos municípios selecionados está situada no litoral, com maior incidência na zona da Grande Lisboa (com 8 dos 14 municípios em análise), seguida de uma segunda zona de concentração no Grande Porto (com 3 municípios). Esta concentração predominantemente urbana dos municípios que parecem ter maior participação do âmbito da EDCG poderá dever-se a um maior acesso a recursos que permitem parcerias mais consolidadas nesta região, desig-

⁷ A análise é centrada nos 14 municípios que se identificaram como tendo ação em EDCG mais ampla ou continuada, conforme descrito anteriormente.



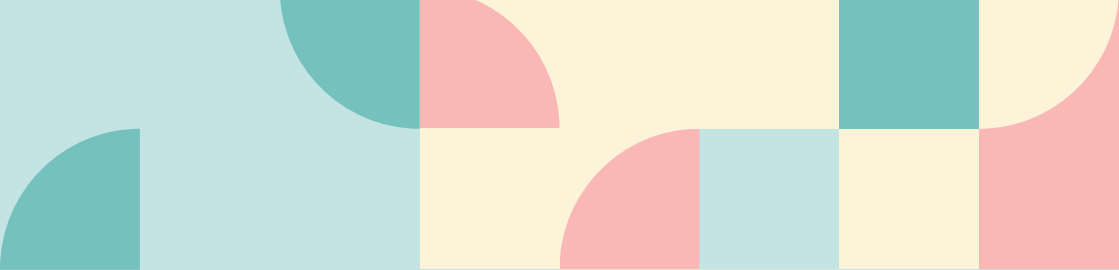
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

A compreensão dos contextos territoriais em que se inserem os municípios que a análise documental evidenciou terem intervenção ao nível da EDCG (14 casos) é importante, dada a distribuição desigual no território. Efetivamente, a totalidade dos municípios selecionados está situada no litoral, com maior incidência na zona da Grande Lisboa (com 8 dos 14 municípios em análise), seguida de uma segunda zona de concentração no Grande Porto (com 3 municípios). Esta concentração predominantemente urbana dos municípios que parecem ter maior participação do âmbito da EDCG poderá dever-se a um maior acesso a recursos que permitem parcerias mais consolidadas nesta região, designadamente, a articulação com ONGD que são elegíveis para cofinanciamento nacional.

TIPOS E TEMÁTICAS

No que se refere às tipologias⁸ de projetos, destaca-se a participação dos municípios em projetos de educação não formal e de sensibilização e influência política. A partir da análise dos projetos cofinanciados, identificam-se três municípios com evidências de participação em projetos de educação não formal, cinco de sensibilização e influência política, e seis com evidência em ambos os tipos de projetos. A sustentabilidade, a educação ambiental e a promoção da cidadania global estão entre as temáticas dominantes. Dos 14 casos, quatro focam-se na sustentabilidade, cinco na promoção da cidadania global e os restantes cinco trabalham ambas as temáticas.

⁸ A tipologia aqui indicada corresponde à designação “setor” de acordo com a linha de cofinanciamento a projetos de educação para o desenvolvimento por parte do Camões, I.P., de que fazem parte: educação formal, educação não formal, sensibilização e influência política, e advocacy.



NATUREZA DA PARCERIA

No que diz respeito à natureza das parcerias estabelecidas na intervenção em EDCG - formais, associadas e pontuais -, as câmaras municipais assumem maioritariamente o papel de parcerias associadas (11 casos). Seguem-se cinco autarquias com parcerias pontuais e quatro parcerias formais. Importa sublinhar que os dados indicam que uma mesma autarquia pode assumir diferentes parcerias de natureza distinta em diferentes projetos.

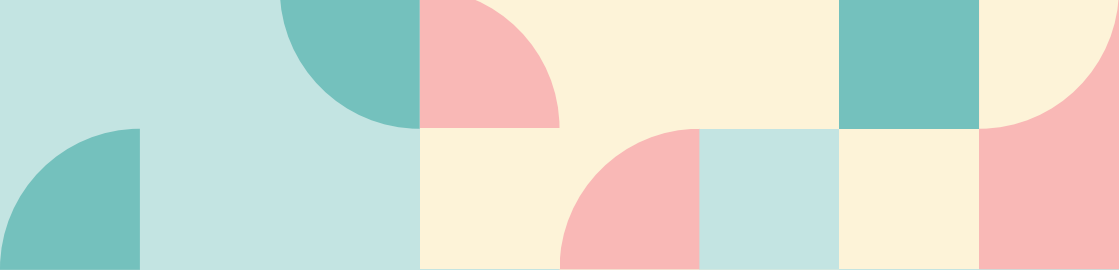
EVOLUÇÃO TEMPORAL

Entre o ano de 2019 e 2025, constata-se variações na participação dos municípios em projetos cofinanciados no âmbito da EDCG. No ano de 2021 verificou-se o maior número de câmaras municipais envolvidas em projetos cofinanciados (11 municípios), seguindo-se os anos de 2019 (dez municípios), 2020 (nove municípios), e 2022 (oito municípios). Verifica-se um declínio de participação no ano de 2023 (três municípios) e esta tendência descendente prolonga-se nos próximos dois anos (um município em cada ano)⁹.

NATUREZA DO FINANCIAMENTO

Relativamente à natureza do financiamento, procurou-se analisar os municípios que beneficiaram de apoios a nível nacional (Camões, I.P.) ou europeu (EU DEAR) para a implementação de projetos de EDCG. Das 14 câmaras municipais identificadas, a totalidade recebeu financiamento a nível nacional, sendo que quatro delas receberam também financiamento europeu (correspondendo a um total de cinco projetos).

⁹ De acordo com os dados disponíveis até à data de recolha de dados.

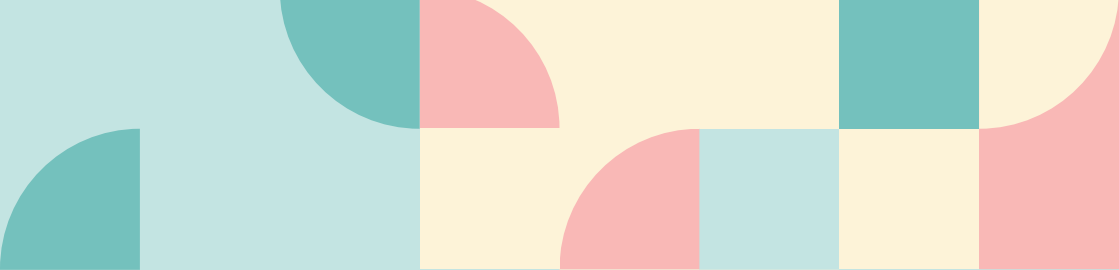


EM SÍNTESE

- a análise territorial sugere maior incidência de municípios com atuação em EDCG na área da Grande Lisboa;
- trata-se na sua maioria de projetos de educação não formal e de sensibilização e influência política e as temáticas predominantes centram-se em questões de sustentabilidade e educação ambiental e de promoção da cidadania global;
- as câmaras municipais assumem maioritariamente o papel de parcerias associadas (11 casos). Seguem-se as parcerias pontuais (cinco casos) e as parcerias formais (4 casos). Uma mesma autarquia pode assumir o papel de parceiro formal, associada e/ou pontual, simultaneamente, em diferentes projetos cofinanciados.
- O ano com maior número de câmaras municipais como parceiras em projetos cofinanciados no âmbito da EDCG é 2021, totalizando 11 autarquias. Trata-se, maioritariamente, de cofinanciamento nacional, e em apenas quatro autarquias se identificou financiamento a nível europeu.
- Das 14 autarquias selecionadas, 11 integram a ARICD.

ENTREVISTAS

Neste ponto, apresentam-se ideias-chave que sintetizam os dados obtidos relativos às 11 autarquias auscultadas através de entrevista. Para além da caracterização breve dos atores entrevistados, esta análise estruturou-se em cinco dimensões gerais (Figura 3), a partir do guião de entrevista (Anexo 4).



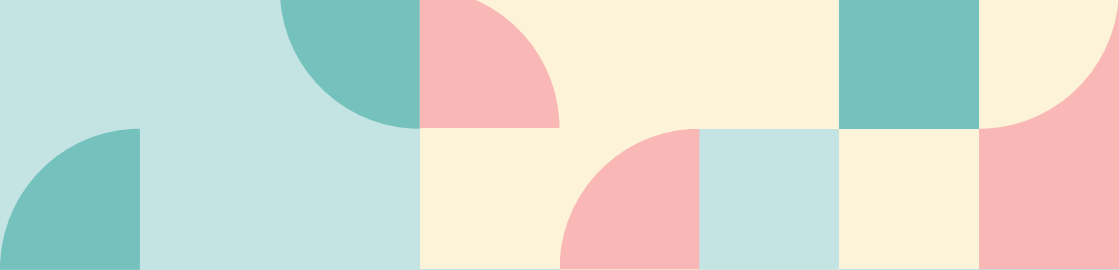
15

Figura 3 | Dimensões de análise das entrevistas

A análise aqui apresentada constitui um recorte possível sobre a participação dos municípios na EDCG em Portugal, a partir dos relatos dos/das representantes municipais que aceitaram integrar o estudo¹⁰. Como tal, a análise que aqui se apresenta tem caráter exploratório, e não pretende ser exaustiva ou representar a realidade da totalidade dos municípios nacionais. O aprofundamento dos resultados deste estudo em investigação futura beneficiará da análise de documentação municipal e projetos relevantes, bem como da continuidade do diálogo com os atores municipais.

Entre os/as 13 representantes entrevistados/as, sete eram chefes de divisão, quatro vereadores e dois técnicos, num total de dez mulheres e três homens. Dada a organização distinta das áreas de atuação de cada município, as pessoas entrevistadas exerciam funções em setores distintos, designadamente, intervenção socioeducativa, ação social, juventude, ambiente, cooperação internacional, migrações, cultura e desenvolvimento local. Trata-se de profissionais

¹⁰ A análise das entrevistas é apresentada de forma agregada, de modo a garantir o anonimato e confidencialidade das câmaras municipais e representantes.



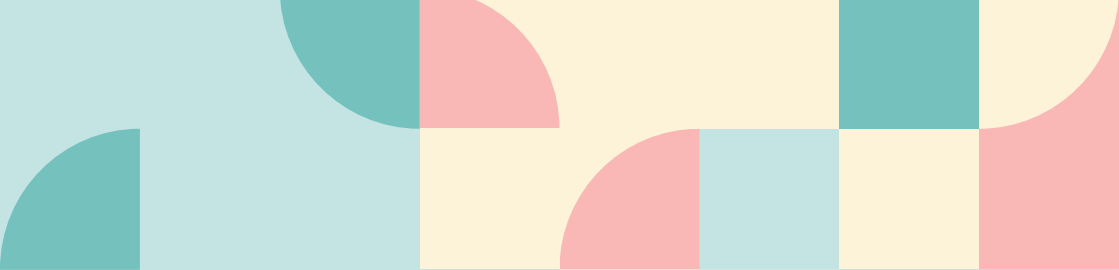
com ampla experiência de trabalho nas câmaras municipais em questão (destacando-se, nos casos em que foi possível esta referência, a experiência superior a 20 anos em sete representantes, e entre quatro e oito anos em quatro representantes), e com formação predominante nas áreas da educação, psicologia e ambiente.

Papel e prioridades da autarquia/setor face aos desafios globais (A.)

De modo global, parece haver por parte das autarquias auscultadas alguma atenção aos desafios globais, estando as questões ambientais, de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável entre as mais referidas. Com menor expressão, foi também referido o papel dos municípios em questões sociais e na promoção de direitos, e ao nível das migrações e interculturalidade. Contudo, de forma global, esta atenção parece ainda ter, essencialmente, uma natureza pouco estruturada, não parecendo estar ancorada numa reflexão mais ampla que posicione os municípios enquanto atores de desenvolvimento global e com contributo preponderante na intervenção em desafios globais. Embora exista alguma referência à intervenção das autarquias a este respeito (o papel), é menos claro como tal se concretiza numa visão de continuidade (em prioridades) e para lá de uma intervenção setORIZADA ou de cariz mais específico.

Perspetivas sobre EDCG e seu enquadramento no município e políticas municipais (B.)

A questão “Como é compreendida/interpretada a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global a nível institucional?” tinha como objetivo perceber quais as representações em torno da EDCG nos atores entrevistados, e também se (e em que medida) a EDCG se encontra enquadrada no município e em políticas municipais.



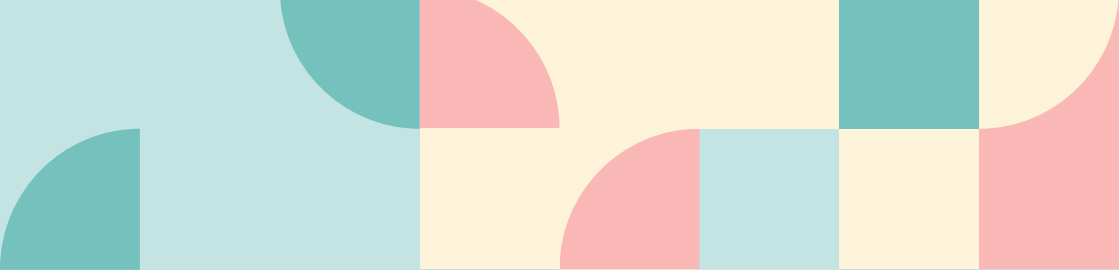
No que se refere às **perspetivas sobre EDCG**, de forma global parece haver um reconhecimento da importância da EDCG. Entre as ideias que mais se destacam, constam as seguintes: **i)** a EDCG é referida como uma educação que se debruça sobre os desafios globais contemporâneos e procura fazer a ponte entre “o local” e “o global”, e onde o local é pensado como contexto para alcançar objetivos globais; **ii)** a EDCG implica mudança e o potencial de impacto e mudança por parte das autarquias decorre da sua proximidade aos contextos locais; e, finalmente, foi também encontrada **iii)** uma visão da EDCG como estando “acoplada” aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), posicionando-a como um instrumento que permite a concretização da Agenda 2030.

17

Contudo, a nível geral, o entendimento sobre “o que é” a EDCG foi pouco aprofundado entre os atores entrevistados, sendo as menções feitas direta ou indiretamente a este respeito breves e tendencialmente ligadas às temáticas mais específicas que se trabalham em cada contexto. Foi, ainda, reconhecido por parte de diversos atores a dificuldade em compreender de forma ampla e clara em que consiste, como se concretiza (e como se liga com as prioridades da autarquia) e qual o respetivo impacto (e como se mede) a EDCG, mesmo existindo já experiência de atuação ligada a esta área.

No que diz respeito a **modalidades de enquadramento** da EDCG no município e políticas municipais, na maior parte dos casos, não foi possível perceber a existência de um posicionamento claro desta área na estratégia e funcionamento municipal. De modo geral, apenas em quatro casos foi referida a existência de uma aposta na EDCG como parte de uma estratégia municipal mais vasta e continuada e expressa na sua documentação orientadora. Estes correspondem a municípios de natureza urbana e litoral, e com intervenção continuada na área da EDCG.

Nos restantes casos, embora exista intervenção, em que os municípios integram como parceiros ou são eles mesmos promotores de iniciativas de EDCG, apenas num número bastante reduzido de casos tal intervenção parece estar enquadrada em opções mais vastas e de maior continuidade. A EDCG é



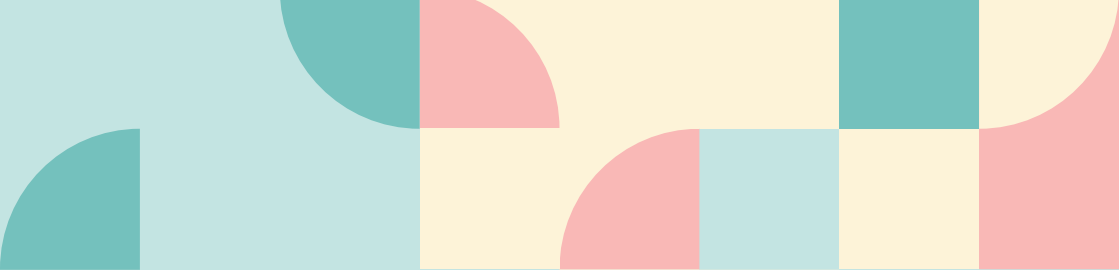
referida por alguns interlocutores como estando distante das competências municipais em matéria de educação – atualmente, centradas nas escolas e em responsabilidades logísticas, funcionais e de provimento de recursos – e onde, face ao volume de responsabilidades em educação, a EDCG é percebida como menos relevante. Não obstante, o setor da educação (formal) é de grande importância, desde logo, porque uma parte importante da intervenção em EDCG referida implica diretamente atores e públicos escolares (ver pontos C e D).

Este cenário sugere que, a nível municipal, a compreensão sobre a EDCG é ainda bastante frágil, o que igualmente ajudará a explicar modalidades de enquadramento de cariz mais circunstanciais e onde não é claro se (e em que medida) a intervenção em EDCG comunica com políticas municipais já existentes. Em síntese, as dificuldades de compreensão e a escassa transversalização da EDCG constituem dois desafios interligados.

Parcerias e práticas (C.)

Neste ponto procurou-se aceder a uma visão mais específica sobre a existência e papel das parcerias na intervenção em EDCG, bem como compreender as iniciativas existentes no que respeita à natureza e públicos-alvo. Embora não tenha sido possível obter informação para todas as subdimensões que compunham a dimensão das práticas e parcerias, foi possível perceber algumas ideias dominantes.

No que diz respeito às **parcerias**, de forma global, parece haver grande valorização do papel das parcerias na atuação dos municípios em EDCG. As parcerias estão, também, entre os aspetos que mais se destacaram em termos das oportunidades e dos desafios identificados (ver ponto D), o que sugere o seu papel central na entrada e continuidade da EDCG no contexto municipal. Entre os tipos de parceiros mais mencionados destacam-se as entidades educativas (ex. escolas, agrupamentos de escolas, academia), e organizações da sociedade civil (organizações não governamentais para o desenvolvimento, associações locais).



Em termos de **iniciativas** desenvolvidas, predominam iniciativas de caráter limitado no tempo, em geral, sob a forma de projetos e eventos, e dirigidas a públicos escolares (crianças e jovens). Não obstante, em cerca de metade dos casos são referidas iniciativas destinadas à comunidade em geral, parte das quais mantendo um foco em públicos jovens e no associativismo. Reconhece-se a necessidade de maior atenção a públicos adultos nos dispositivos de participação municipal já existentes, o que teria também consequências para a EDCG. Tipicamente, as ações promovidas têm foco na sensibilização e conscientização sobre temas associados à EDCG.

Desafios, oportunidades e mudanças (D.)

Entre os **desafios** mencionados com maior frequência estão as dificuldades sentidas a nível de: **i)** recursos humanos e financeiros; **ii)** cooperação entre as divisões municipais; **iii)** continuidade, coerência, articulação, impacto e avaliação das ações; **iv)** burocracia; **v)** falta de parcerias; **vi)** instabilidade política a influência dos ciclos políticos; e **vii)** capacitação interna para a atuação em EDCG.

As **oportunidades** agregam aspetos valorizados, desejados ou percebidos como facilitadores da intervenção em EDCG, e remetem para a importância dos seguintes pontos: **i)** parcerias; **ii)** cooperação entre as divisões municipais; **iii)** colaboração intermunicipal; **iv)** investimento; e **v)** capacitação e envolvimento da comunidade na concretização de mudanças.

As mudanças desejadas e perspectivas de futuro remetem para estes aspetos.

Perspetivas de futuro (E.)

Através das perspectivas de futuro procurou-se aceder às intenções dos atores auscultados relativamente à ação em EDCG nos respetivos municípios. Em ligação estreita com o ponto anterior, na maior parte dos casos foi referida a intenção de: **i)** dar continuidade do trabalho já desenvolvido (a quase totalidade); **ii)** aposta em novas parcerias; **iii)** procura de maior articulação entre setores e divisões municipais; **iv)** integrar temáticas da EDCG em programas educativos (escolares) já existentes.

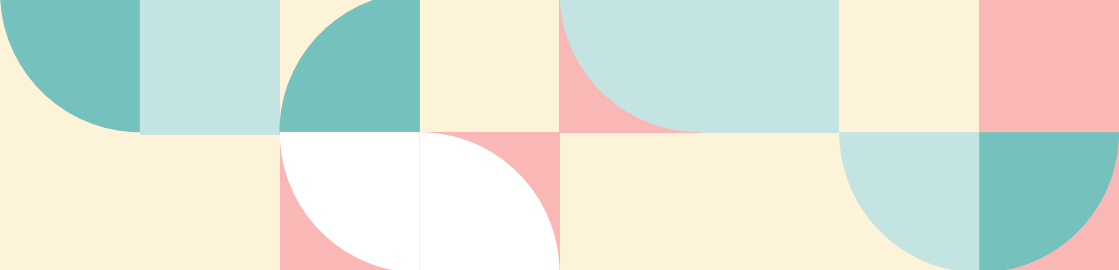
Contudo, com raras exceções, tais intenções foram expressas de forma pouco concreta, não sendo perceptível, na maior parte dos casos, o(s) sentido(s) dessa continuidade (por exemplo, em termos de iniciativas, públicos, ou prioridades de ação).

No próximo ponto apresenta-se uma visão geral das potencialidades e desafios identificados e das recomendações que se consideram relevantes, decorrentes da análise de fontes documentais e das entrevistas. Para uma compreensão articulada destes aspetos, opta-se por uma organização em seis eixos (Figura 4).

20



Figura 4 | . Eixos de análise das potencialidades, desafios e recomendações



POTENCIALIDADES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

1 | NATUREZA DA INFORMAÇÃO SOBRE EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

Tratando-se de um ator não tradicional da EDCG em Portugal, que não é elegível para cofinanciamento específico nacional, e dada a dificuldade de aceder a cofinanciamento europeu pese embora a elegibilidade, as análises realizadas sugerem a existência de um **conjunto importante de municípios com experiência de atuação no âmbito da EDCG**.

Contudo, esta informação encontra-se **dispersa e fragmentada**, não permitindo ter uma visão mais completa e continuada no tempo sobre estes atores. A necessidade de recorrer a fontes complementares, para além dos websites oficiais dos municípios em análise na condução deste estudo, sugere uma **lacuna na disseminação** dos projetos e, consequentemente, dos seus resultados. Verifica-se, igualmente, uma acentuada necessidade de atualização dos websites institucionais, tanto das autarquias quanto das entidades parceiras, bem como uma informação mais organizada e clara. Este cenário pode constituir uma barreira à participação e inclusão da comunidade nas iniciativas de EDCG, seja por desinformação acerca das ações destes municípios e, principalmente, do reconhecimento social da importância destas práticas.

POTENCIALIDADES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

1 | NATUREZA DA INFORMAÇÃO SOBRE EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

RECOMENDAÇÃO 1



- É fundamental investir na **disseminação e acesso** público de informação sobre projetos de EDCG promovidos pelos municípios e seus resultados junto de um maior número de pessoas - incluindo cidadãos/ãs, profissionais e demais interessados/as na temática.
- Relativamente à necessidade de **apoiar compreensão sobre a EDCG** junto de atores municipais, será útil investir em ferramentas de diagnóstico de necessidades específicas sentidas, de forma a ajustar a intervenção. A elaboração de um glossário que contribua para uniformizar e orientar a compreensão da EDCG adequada à realidade municipal poderá constituir um instrumento de trabalho útil à abertura e manutenção do diálogo e parcerias neste campo.

2 | DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS COM EVIDÊNCIA DE INTERVENÇÃO EM EDCG

A maior parte dos municípios em que se encontram evidências de EDCG localiza-se na zona litoral, concentrando-se, grosso modo e salvo exceções, nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Tal não significa, naturalmente, a inexistência de atuação em EDCG em municípios do interior e das restantes regiões do país (incluindo, na zona litoral). A proximidade a centros urbanos e o estabelecimento de parcerias com atores com maior experiência na EDCG parecem ser fatores importantes no retrato que se encontrou.

Em ligação com o ponto anterior, este cenário aponta para uma necessidade de aprofundar o conhecimento disponível sobre a intervenção municipal em EDCG num conjunto mais alargado de municípios.



RECOMENDAÇÃO 2

- É fundamental **alargar a compreensão** sobre o papel (atual e prospetivo) dos municípios ao nível da EDCG, através de uma aposta na investigação sobre este campo, que considere a natureza ainda fragmentada e múltipla da intervenção. A continuidade da investigação sobre esta questão tem um efeito potencialmente multiplicador para os restantes pontos (capacitação, reforço de parcerias entre pares, ...).

3 | PERFIL DA INTERVENÇÃO EM EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

Os dados sugerem um perfil de intervenção voltado para as questões da sustentabilidade e temáticas ambientais, apontando para a importância da temática da **sustentabilidade como porta de “entrada” da EDCG nos municípios**. Esta predominância pode estar associada à influência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no atual contexto, ainda que tenham sido encontrados exemplos de ação de mais longa duração e prévia aos ODS.

Contudo, não obstante a importância quer das questões ambientais, quer da Agenda 2030, tal sugere que **o potencial da EDCG e o papel dos municípios se encontra sub-explorado e carece de maior estruturação**. Será importante compreender, futuramente, em que medida a entrada e permanência da EDCG se têm feito por outras temáticas (e quais), e como se articulam com temáticas na esfera da EDCG relevantes para os municípios. Num momento em que a interculturalidade e os fenômenos migratórios se revestem de importância central para a manutenção da coesão social e da qualidade da democracia, será particularmente importante perceber em que medida o eventual trabalho dos municípios nesta matéria (encontrado com menos expressão nos dados recolhidos) se tem articulado com uma perspectiva de EDCG e como tal pode ser aprofundado.

A intervenção com públicos jovens, sobretudo escolares, parece representar uma parte importante do trabalho dos municípios em EDCG. Contudo, foi reconhecida a necessidade de maior abrangência junto de públicos adultos bem como do envolvimento das comunidades locais como parte indispensável na sustentabilidade das mudanças que se deseja promover.

Neste sentido, é fundamental - e eventualmente, um elemento distintivo que a EDCG pode adquirir no espaço local - reforçar a atenção a públicos adultos dada a proximidade única dos municípios com a população local. A articulação com atores do espaço local com um conhecimento privilegiado das comunidades locais (ex. juntas de freguesia; movimentos associativos) foi indicada como um passo importante neste processo.

POTENCIALIDADES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

3 | PERFIL DA INTERVENÇÃO EM EDCG A NÍVEL MUNICI- PAL

RECOMENDAÇÃO 3



- Reforçar a dimensão de **educação informal e não formal** da EDCG no espaço local, com aposta continuada no trabalho com públicos adultos, e em estreita articulação intersectorial, com atores políticos, associativos, empresas e outros, como parte da estratégia de proximidade aos contextos e de resposta aos desafios de cada território, tomando os espaços não formais e informais como “catalisadores de ação”.

4 | CONDIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO EM EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

Os dados e atores auscultados sugerem que, nos municípios onde a presença da EDCG já se encontra mais estabelecida, tem sido possível ligar a EDCG a mecanismos e políticas do município de forma mais concreta e duradoura, contribuindo para uma maior sustentabilidade da mesma. Foi referido como indiscutível o peso da decisão executiva na continuidade ou não da atuação, através de medidas concretas como a constituição de equipas, a afetação de recursos humanos, materiais e logísticos, a inclusão da EDCG como assunto da agenda, em políticas ou em documentação municipal. Nestes municípios, destaca-se ainda a importância que a atuação em parcerias com outras entidades (nacionais e internacionais) teve na evolução da área nos seus municípios, a incorporação de temáticas da EDCG em programas já existentes, e uma perspetiva de que a EDCG é útil na abordagem à realidade e desafios no território (ex. integração da diversidade cultural). Nestes contextos, ainda que focados num número reduzido de questões, parece ter havido uma dupla estratégia de financiamento, que combinou a captação de financiamento específico à EDCG com uma lógica de “financiamento temático” (ex. captar financiamento na área das migrações ou ambiente) que, por existir um conhecimento prévio sobre a EDCG, foi possível trabalhar sob esta ótica. A existência de projetos apoiados parece ter sido decisiva para a continuidade da intervenção neste campo.

Não obstante, estes mesmos aspetos das condições necessárias para a EDCG revelaram-se áreas de desafio quer nos municípios onde a EDCG parece já estar mais consolidada, quer naqueles onde parece estar numa fase inicial, destacando-se entre eles a necessidade de capacitação dos atores e técnicos municipais.

POTENCIALIDADES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

4 | CONDIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO EM EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

RECOMENDAÇÃO 4



- É necessário criar **espaços dedicados à reflexão**, em profundidade, sobre as condições necessárias à EDCG nos municípios, e promover, junto dos atores municipais o conhecimento sobre mecanismos financeiros, nacionais e internacionais, já existentes, específicos da EDCG ou que com ela comuniquem. A intervenção financiada constitui um passo central para a sustentabilidade da EDCG nos municípios

5 | CAMINHOS PARA A INCORPORAÇÃO E TRANSVERSALIZAÇÃO DA EDCG NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS

Com exceção dos municípios onde a EDCG já se encontra estabelecida há mais tempo, a incorporação da EDCG na “vida” dos municípios e nas políticas municipais foi referida em termos mais imateriais ou genéricos (ex. atender ao que se consideram ser princípios da EDCG no que já se faz) ou quando especificada, tendeu a traduzir uma visão sectorializada (ex. da temática que está a ser trabalhada).

De forma global, embora as limitações do próprio estudo, foi menos evidente a existência de uma visão agregadora das autarquias sobre como entendem a EDCG e como esta dialoga e se materializa em vários domínios e estruturas municipais. Como antes se referiu, as dificuldades de compreensão e a escassa transversalização da EDCG constituem dois desafios interligados.

RECOMENDAÇÃO 5

Continuar a **aprofundar o conhecimento disponível** sobre a intervenção municipal em EDCG, incluindo nos municípios auscultados mobilizando outros atores.

Reforçar a aposta na **integração dos atores municipais em diálogos sobre EDCG** já existentes (ex. agenda da coerência das políticas, ENED). É importante que os municípios possam ver demonstrado como a EDCG pode articular o diálogo com “outras educações para” já contempladas pelo município, apoiando o alargamento crescente das suas funções no espaço local a que se tem assistido.

Incorporar a EDCG em **dispositivos de participação cívica e política local** já estabelecidos (ex. assembleias de jovens; orçamento participativo).

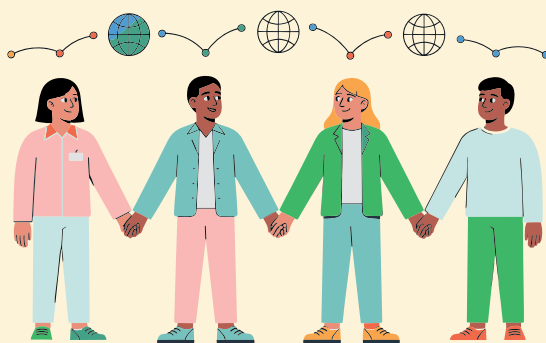


6 | FORTALECER OS MUNICÍPIOS ENQUANTO ATORES RELEVANTES NA EDCG

Embora o estudo já permita identificar um conjunto de condições que parecem estar associadas à maior consolidação da EDCG nos municípios, parece ser necessária uma aposta em mecanismos que possam contribuir para fortalecer o papel dos municípios enquanto atores relevantes na EDCG. Por um lado, parece estar em falta aprofundar a compreensão sobre o “porquê” de os municípios atuarem (ou virem a atuar) na EDCG, que eventualmente decorre não só da evolução histórica deste campo em Portugal, mas também de um escasso contacto com a realidade internacional. Por outro lado, o papel dos municípios não parece ter tido, ainda e tanto quanto se sabe, alvo de aposta forte na política nacional de ED nos dois ciclos políticos da ENED existentes até ao momento¹¹.

29

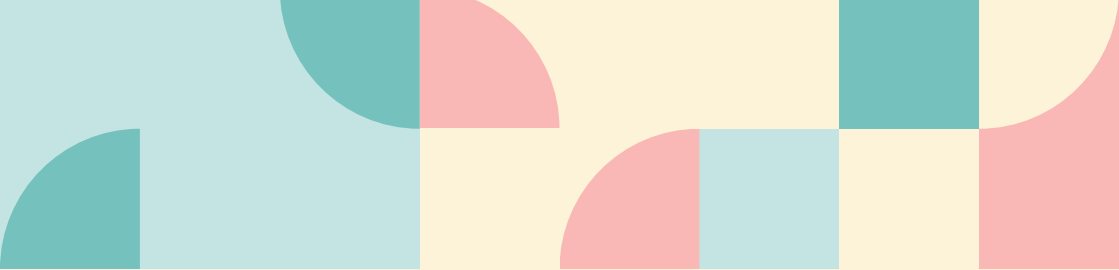
RECOMENDAÇÃO 6



Promover a **aproximação intermunicipal**, a municípios noutros contextos, nacionais e internacionais, onde a atuação em EDCG se encontra já mais consolidada (parcerias, “gemações”).

Recomendar junto dos atores políticos nacionais da ED a integração da EDCG no espaço local como prioridade no **próximo ciclo da política**.

¹¹ À data de redação deste documento, não se encontra ainda aprovado a ENED III. Atualizações disponíveis em ened-portugal.pt



FONTES CONSULTADAS

[HTTPS://WWW.INSTITUTO-CAMOE.S.PT/ACTIVITY/O-QUE-FAZEMOS/COOPERACAO/ATUACAO/FINANCIAMOS/PERGUNTAS-FREQUENTES-ONGD-2/PROJETOS-DE-EDUCACAO-PARA-O-DESENVOLVIMENTO](https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos/perguntas-frequentes-ongd-2/projetos-de-educacao-para-o-desenvolvimento)

[HTTPS://WWW.INSTITUTO-CAMOE.S.PT/IMAGES/PDF_NOTICIAS/RESULTADOS_ED_2019.PDF](https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_noticias/resultados_ed_2019.pdf)

[HTTPS://WWW.INSTITUTO-CAMOE.S.PT/IMAGES/PDF_NOTICIAS/RESULTADOS_ED_2020.PDF](https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_noticias/resultados_ed_2020.pdf)

[HTTPS://WWW.INSTITUTO-CAMOE.S.PT/IMAGES/COOPERACAO2/RESULTADOS_ED_2021.PDF](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/resultados_ed_2021.pdf)

[HTTPS://WWW.INSTITUTO-CAMOE.S.PT/IMAGES/COOPERACAO2/RESULTADOS_ED_2022_VF.DOCX.PDF](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/resultados_ed_2022_vf.docx.pdf)

[HTTPS://WWW.INSTITUTO-CAMOE.S.PT/IMAGES/IMG_NOTICIAS2023/RESULTADOS_ED_2023_V2_ALT_7_AGOSTO.PDF](https://www.instituto-camoes.pt/images/img_noticias2023/resultados_ed_2023_v2_alt_7_agosto.pdf)

[HTTPS://DEARPROGRAMME.EU/PROJECTS/](https://dearprogramme.eu/projects/)

[HTTPS://ENED-PORTUGAL.PT/PT/INTRODUCAO](https://ened-portugal.pt/pt/introducao)

[HTTPS://ENED-PORTUGAL.PT/PT/RELATORIOS-DE-ACOMPANHAMENTO-1](https://ened-portugal.pt/pt/relatorios-de-acompanhamento-1)

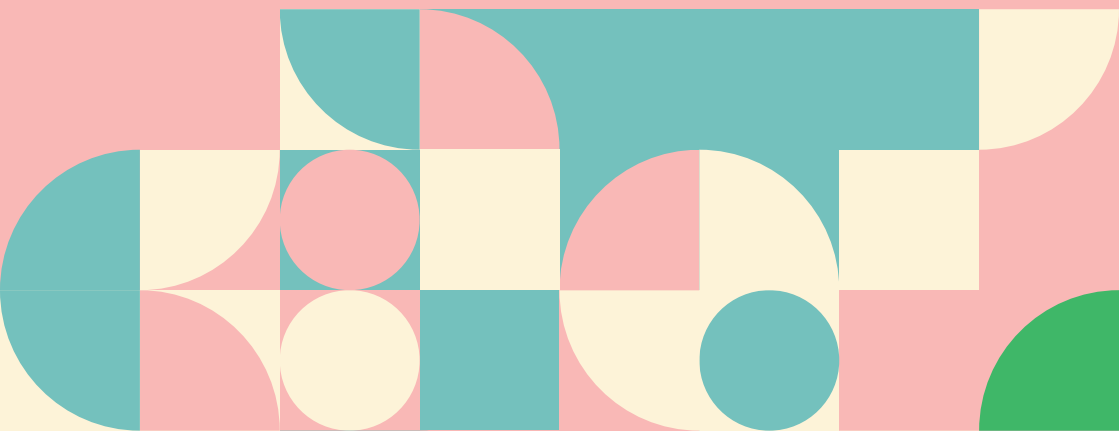
[HTTPS://ENED-PORTUGAL.PT/PT/RELATORIOS-DE-ACOMPANHAMENTO](https://ened-portugal.pt/pt/relatorios-de-acompanhamento)

[HTTPS://WWW.REDESPARAODESENVOLVIMENTO.ORG/PT/RICD/RICD](https://www.redesparaodesenvolvimento.org/pt/ricd/ricd)

[HTTPS://ANMP.PT](https://anmp.pt)

[HTTPS://ROSTOSOLIDARIO.PT/EDUCACAO-PARA-A-CIDADANIA-GLOBAL/PARCERIASLOCAISED/](https://rostosolidario.pt/educacao-para-a-cidadania-global/parceriaslocaised/)

ANEXOS



Anexo 1 | Categorização da tipologia das parcerias



Tentativa de categorização de tipos de parcerias

a. Parcerias Formais

Definição: São parcerias estabelecidas através de um acordo oficial, como um contrato, protocolo de colaboração ou memorando de entendimento. Envolvem um compromisso claro entre as partes e, frequentemente, um financiamento ou outra forma de suporte institucional.

Exemplo de critérios:

- Existência de um documento formal que define o compromisso entre as partes
- Envolvimento financeiro, logístico ou institucional
- Responsabilidades e obrigações claramente estabelecidas
- Relação de médio ou longo prazo

Exemplos:

Uma ONGD assina um protocolo de cooperação com uma Câmara Municipal para desenvolver um programa de educação para o desenvolvimento nas escolas do município. O protocolo inclui financiamento, cedência de espaços, apoio técnico e um plano de implementação de longo prazo.

No caso do projeto Parcerias será apenas a FEC.

b. Parceiros Associados

Definição: São entidades ou indivíduos que, apesar de não terem um compromisso formalizado ou financiamento direto no projeto, são essenciais para a sua implementação e sucesso. Podem contribuir com conhecimento técnico, recursos humanos ou apoio institucional.

Exemplo de critérios:

- Contribuição contínua e relevante para o projeto
- Não há um financiamento direto, mas pode haver apoio técnico ou institucional
- Parceria baseada na afinidade de missão ou interesses comuns
- Envolvimento ativo em atividades-chave do projeto

Exemplos:

Uma Câmara Municipal apoia uma ONGD na divulgação de um projeto educativo sobre cidadania global, disponibilizando a sua rede de escolas e facilitando o contacto com professores e diretores, sem obter financiamento direto.

Uma rede de professores que colabora regularmente num projeto de educação para o desenvolvimento, oferecendo formação ou feedback sobre materiais pedagógicos, sem

PARCEIRAS



ASSOCIADO



CONVIVENDO



Anexo 1 | Categorização da tipologia das parcerias (cont.)



receber financiamento direto (exemplo do projeto Escola Interglobal na qual a FPCEUP foi convidada para fazer parte de uma comunidade de práticas)

No caso do projeto Parcerias serão as cinco autarquias que envolvemos no projeto para desenvolver as ações e atividades.

c. Parceiros Informais ou Pontuais

Definição: São instituições, grupos ou indivíduos que participam de forma ocasional, contribuindo de maneira específica e limitada, sem um compromisso de longo prazo.

Exemplo de critérios:

- Envolvimento esporádico e sem compromisso contínuo
- Apoio pode ser em forma de recursos (ex.: cedência de espaço, materiais, voluntários)
- Não há contrato ou financiamento envolvido
- Contribuição pontual ou circunstancial, dependendo da necessidade do projeto

Exemplos:

Uma Câmara Municipal cede um auditório para uma conferência organizada por uma ONGD sobre desenvolvimento sustentável, sem um compromisso formal ou envolvimento contínuo no projeto.

Um especialista que dá uma palestra gratuita no âmbito do projeto.

No caso do projeto Parcerias poderá ser Centro de Formação de Professores de Terras de Santa Maria, que remeteu a nossa proposta de Oficina de formação para docentes ao CCPFC de Braga para ser aprovada e, após essa aprovação, divulgou a nossa Oficina de formação pelos docentes e recolheu as informações necessárias.



Anexo 2 | Convite de Participação

Exmo./a Senhor/a,

O Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, em parceria com a Rosto Solidário e a FEC - Fundação Fé e Cooperação, está a desenvolver um estudo sobre o papel e relevância dos municípios na promoção de práticas da Educação para o Desenvolvimento e da Cidadania Global (EDCG).

Nesse sentido, e atendendo ao trabalho que a Câmara Municipal de XXX tem vindo a desenvolver neste âmbito, gostaríamos de convidar V. Exa. a participar numa entrevista, online, em data e horário a combinar consoante melhor disponibilidade, com a duração aproximada de 45 minutos. A sua perspetiva será essencial para enriquecer esta análise e contribuir para a valorização do papel dos municípios na promoção da EDCG.

Na expectativa da sua participação, ficamos ao dispor para qualquer clarificação, e subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos.

Cordialmente,
Dalila Pinto Coelho e Norberto Ribeiro, coordenação
Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas

Anexo 3 | Consentimento Informado

Consentimento informado

O presente documento insere-se numa investigação em curso, no CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, promovida por Rosto Solidário em parceria com a FEC - Fundação Fé e Cooperação, coordenada por Dalila Pinto Coelho e Norberto Ribeiro.

O estudo pretende compreender o papel e relevância dos municípios na promoção de práticas da Educação para o Desenvolvimento e da Cidadania Global (EDCG), constituindo-se como uma ferramenta de incentivo para o diálogo de decisores autárquicos sobre a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) e o seu papel.

Foi nesta condição que solicitámos a colaboração da/o XXX para participar numa sessão de entrevista, que decorreu à distância, conforme melhor conveniência indicada, no dia XXX, pelas XXX. Para uma decisão informada em relação à sua participação, o âmbito e propósito geral da entrevista foram previamente explicitados através de convite via e-mail.

Para um registo fidedigno e melhor compreensão da informação expressa no decurso desta recolha, foi solicitada a autorização para efetuar o registo áudio e vídeo da mesma, em suporte digital.

Uma vez confirmada a sua participação e autorizada a respetiva gravação de imagem e voz, foi-lhe indicado que a informação obtida seria alvo de transcrição, e devolvida para sua validação. Foi, igualmente, indicado que não haveria lugar ao uso dos registos originais de imagem e voz, sob qualquer circunstância, prevendo-se apenas a possível utilização de excertos do conteúdo da entrevista devidamente anonimizados.

Foi indicado que a informação resultante se destina a ser utilizada em fins exclusivamente académicos, assegurando a preservação do anonimato e confidencialidade.

Não foram previstos danos ou prejuízos decorrentes da sua participação. A sua participação nesta investigação foi voluntária, podendo ser cessada ou interrompida por si em qualquer altura, sem quaisquer danos ou prejuízos.

A transcrição resultante, realizada em formato integral, foi devolvida para sua análise e validação.

Tendo tomado conhecimento destas condições, atesto:

- a. a aceitação da/o XXX em participar nesta investigação e a minha aceitação pessoal em participar da mesma no âmbito das minhas funções na referida entidade; e
- b. que considero válida a transcrição efetuada, cuja utilização autorizo para fins académicos.

Nome completo: _____ Data de nascimento: _____
Assinatura: _____ Data: _____

ANEXOS

Anexo 4 | Guião de Entrevista Participação

MOMENTO	QUESTÃO	FINALIDADE
INTRODUÇÃO	Pode por favor apresentar-se, descrever um pouco o seu percurso académico e profissional e referir quais as funções que desempenha no município?	Contexto sobre o entrevistado (percurso e funções no município)
BLOCO 2 PAPEL E PRIORIDADES DA AUTARQUIA/SETOR FACE AOS DESAFIOS GLOBAL	Como vê o papel das autarquias face aos desafios globais (ex. alterações climáticas) e em que medida estes desafios têm informado as prioridades municipais/do setor em que trabalha?	Compreender como é visto o papel da autarquia numa temática que poderá servir de porta de entrada/encontrar expressão em distintos setores onde poderá estar incorporada a EDCG; perceber em que medida as autarquias se veem a si próprias como atores de desenvolvimento global; e quais as eventuais prioridades da autarquia/setor face aos desafios global.
BLOCO 3 ENQUADRAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO E POLÍTICAS MUNICIPAIS	Como é compreendida/interpretada a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global a nível institucional? E em que medida diria que se encontra refletida? Se sim, como?	Perceber quais as representações sobre EDCG e em que medida é considerada no município e integrada nas Políticas Municipais.

ANEXOS

Anexo 4 | Guião de Entrevista Participação (cont.)

MOMENTO	QUESTÃO	FINALIDADE
BLOCO 4 PRÁTICAS E PARCERIAS	Como caracteriza o trabalho que a autarquia tem desenvolvido nesta área? Quais são as iniciativas relacionadas com a EDCG que têm sido promovidas ou em que participaram? (Ex.: temática e setor) Quais os principais públicos-alvo? (ex.: parcerias com escolas pode indicar um trabalho voltado para crianças e jovens e/ou professores/as, assim como o setor) Estas iniciativas do município são pontuais ou regulares? Existem parcerias com organizações da sociedade civil, escolas, ONGD ou outros municípios voltados para a EDCG?	Caracterizar o trabalho desenvolvido pela autarquia em matéria de EDCG.
BLOCO 5 DESAFIOS, OPORTUNIDADES (RECURSOS, APOIO, FACILITADORES E BLOQUEADORES,...) E MUDANÇAS	Quais os principais desafios na implementação de iniciativas neste âmbito? E os facilitadores para percorrer este caminho? Que mudanças considera essenciais para um trabalho mais continuado destas questões? Quais são os planos futuros do município para o desenvolvimento da EDCG?	Mapear desafios, potencialidades e mudanças tidas como relevantes para a área da EDCG ao nível municipal.
BLOCO 6 FECHO	A partir do atual cargo/funções que desempenha, o que faria se pudesse tomar decisões relativamente a esta área?	Intenções futuras para a atuação na área da EDCG

